A casa do trabalhador em tempos epidêmicos. São Paulo, primeiras décadas republicanas

Workers' housing in times of Epidemics. São Paulo in the early decades of the Republic

Liane Maria Bertucci*

Resumo: Entre o final do século XIX e os anos 1910, com o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, a habitação dos trabalhadores foi tema de discussões médicas e de propostas governamentais, além de pauta recorrente de jornais que, em nome dos trabalhadores ou operários, denunciavam a situação precária das moradias de muitos dos habitantes da cidade. Este artigo discute a casa operária na capital do estado de São Paulo nos contextos da ameaça de peste bubônica em 1899, do surto de varíola de 1908 e da epidemia de gripe espanhola, privilegiando as considerações dos jornais "independentes", anarquistas ou libertários e, no caso da gripe de 1918, aquelas do *O Combate,* jornal da grande imprensa cujo lema era "independência, verdade e justiça". Nesses jornais, a ciência, traduzida em proposições médicas, embasou críticas sociais e ao governo, e a divulgação, para os trabalhadores, do ideal da casa salubre e da importância das práticas higiênicas para a manutenção da saúde nesses períodos epidêmicos.

Palavras-chave: epidemia; habitação operária; jornal operário; imprensa.

Abstract: From the late nineteenth century to the 1910s, with the rapid growth of the city of São Paulo, housing for workers was the theme of medical discussions and government proposals, as well as a recurring theme in newspapers that, in the name of the workers, denounced the precarious living conditions of many of the city's residents. This article discusses the workers' housing in the capital of São Paulo State in the contexts of the threat of the bubonic plague in 1899, the outbreak of smallpox in 1908 and the Spanish flu epidemic, favoring the considerations

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada de História da Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8186-2144. E-mail: lianebertucci@gmail.com.

of the “independent”, anarchistic or libertarian newspapers and, in the case of the flu epidemic of 1918, those of *O Combate,* a newspaper with a wide circulation that was whose motto was “independence, truth and justice”. In these newspapers, science, translated into medical propositions, supported social and government criticism and spread among workers the ideal of a healthy home and the importance of hygienic practices in order to remain healthy during these epidemics.
Keywords: epidemic; workers’ housing; workers’ newspaper; the press.

Introdução

Desde a virada para o século XIX, no contexto das intervenções urbanas realizadas na Europa, que a casa do trabalhador se tornou uma preocupação de médicos-higienistas e de autoridades governamentais. Entretanto, no final dos Setecentos, as habitações populares de Paris já eram alvo de ações que visavam desobstruir e reordenar espaços densamente ocupados, para fazer circular ares, águas e pessoas. Nesse mesmo período, a proposta alemã de polícia médica ganhou adeptos entre políticos de diferentes países, preocupados com a questão da salubridade e com o combate às epidemias.[1]

Mas foi na Inglaterra vitoriana, em 1843, que a Comissão Real para Investigação da Situação das Cidades Grandes e dos Distritos Populosos, sob a liderança de Edwin Chadwick, alertou especificamente para as precárias condições das casas dos mais pobres, motivando novas inquirições e o debate sobre a moradia popular. Em 1868 a Lei da Habitação autorizou, no Reino Unido, os governantes locais a reparar ou demolir, sem indenização, casas que considerassem inabitáveis; determinações que foram ampliadas na década seguinte, com a perspectiva, muitas vezes frustrada, de construção e financiamento de moradias salubres para trabalhadores.[2]

Permeando tais empreitadas também estavam argumentos morais e temores políticos, pois os ajuntamentos humanos, principalmente em habitações coletivas ou cortiços,[3] poderiam acarretar tanto as mazelas da promiscuidade quanto a difusão de ideias que poderiam incitar a desordem social.

Entre o final do século XIX e o início do XX, congressos realizados na Dinamarca, França e Bélgica discutiram a questão da pertinência ou não do estado construir casas populares.

1 CORBIN, Alain. **Saberes e odores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 79-98; ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. A teoria da infecção miasmática embasou as propostas e ações médico-higiênicas do século XVIII e grande parte do século XIX.

2 MCKEOWN, Thomas; LOWE, C. R. **Introducción a la medicina social**. 4ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

3 A palavra cortiço foi muito utilizada para designar a moradia popular, entretanto, entre os tipos de moradia “dos pobres”, o cortiço era um conjunto de quartos/casas dispostas em torno de um pátio ou ao longo de uma espécie de corredor térreo. Local com uma entrada principal, com tanque(s) de lavar roupa, banheiro(s) e, por vezes, cozinha compartilhada pelos moradores.

Apesar das diferentes opiniões e impasses, foi unânime a percepção da importância de investigar, sob os parâmetros científicos, a situação da casa dos mais pobres e da permanente fiscalização dessas moradias.[4]

No Brasil, entre outras iniciativas, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894,[5] elaborado quando a bacteriologia ganhava difusão,[6] dedicou cinco dos seus vinte e sete capítulos à moradia: Das habitações em geral; Das habitações coletivas;[7] Hotéis e casas de pensão; Habitações das classes pobres; Das habitações insalubres.[8]

No capítulo "Habitações das classes pobres", a preocupação das autoridades paulistas com a multiplicação dos cortiços e casas de cômodos, ou subdivididas, ficava explícita na indicação ("deve(m) ser") para que essas moradias fossem banidas.

> Artigo 138. Deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes.
>
> Artigo 139. Não devem ser toleradas as grandes casas subdivididas, que servem de domicílio a grande número de indivíduos.[9]

Mas, assim como a legislação é resultado de disputas e pressões sociais, também seus resultados são mediados por interesses e ações dos indivíduos na sociedade. Nessa perspectiva, os anos seguintes ao da decretação do código mostraram como estes artigos não tiveram efeito.

Entretanto, o aumento populacional da cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e os anos 1910, fez da habitação "das classes pobres" um tema recorrente de discussões médicas e de propostas governamentais, além de pauta de jornais que, em nome dos trabalhadores ou operários,[10] denunciavam a situação precária das casas de muitos dos habitantes da cidade. Este artigo discute a casa operária na capital do estado São Paulo nos contextos da ameaça de peste bubônica em 1899, do surto de varíola de 1908 e da epidemia de gripe espanhola, privilegiando as considerações dos jornais "independentes", anarquistas ou libertários e, no caso da gripe de 1918, aquelas do *O Combate,* jornal da grande imprensa cujo lema era "independência, verdade e justiça". Nesses jornais, a ciência, traduzida em proposições médicas, embasou críticas sociais e ao governo, e a divulgação, para os trabalhadores, do ideal da casa salubre e da importância das práticas higiênicas para a manutenção da saúde.

4 CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. **A construção de um sonho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
5 SÃO PAULO. Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo**. Tomo IV. São Paulo: [s.n.], 1918. p. 75-109.
6 GEISON, Gerald. **A ciência particular de Louis Pasteur**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Contraponto, 2002; SALOMON-BAYET, Claire (ed.). **Pasteur et la révolution pastorienne**. Paris: Payot, 1986.
7 No Código, "Habitações coletivas" eram as fábricas, internatos, prisões e quartéis.
8 SÃO PAULO. Decreto nº 233, p. 77-85.
9 SÃO PAULO. Decreto nº 233, p. 84.
10 Neste artigo, trabalhador e operário são utilizados como sinônimos.

Entre o final do século XIX e o início dos Novecentos: a casa do trabalhador e as ameaças epidêmicas

Casa, moradia, habitação ou residência, mesmo considerando as eventuais sutilezas nos usos social e legal, no Brasil da virada para os Novecentos essas palavras indicavam o lugar de alojamento de pessoas e, no dia a dia, eram utilizadas indistintamente pela população.[11]

Nesse período o crescimento exponencial da cidade de São Paulo, impulsionado por investimentos oriundos da produção cafeeira do estado, resultou na expansão comercial e multiplicação de oficinas e fábricas. A cidade passou de 64.934 habitantes em 1890, para 260 mil pessoas em 1900, uma variação percentual de mais de 200%,[12] o que tornou a moradia uma questão preocupante, tanto para quem afluía à cidade, com a perspectiva de 'ganhar a vida', quanto para autoridades médicas e governamentais, pois o adensamento populacional em moradias precárias significava perigo para a saúde de toda a sociedade. As epidemias eram as piores traduções desse temor.

No final do século XIX e início do século XX, limpar e ordenar ruas, praças e casas, assim como expandir as redes de água e esgotos eram demandas tão importantes quanto vacinar as pessoas, pois a manutenção da saúde de grande número dos residentes na cidade dependia das condições das moradias e seu entorno.

Nessa perspectiva, foi uma doença epidêmica, a febre amarela, que motivou o primeiro inquérito republicano detalhado sobre a moradia dos mais pobres na capital paulista. O inquérito foi realizado em 1893 no distrito municipal (bairro) de Santa Ifigênia.[13] A febre amarela era reincidente em portos brasileiros durante o século XIX, mas, no primeiro semestre de 1889, além de fazer vítimas no porto de Santos, a doença causou devastação em Campinas, no interior do estado, a 100 km de São Paulo.

Assim, se essa moléstia epidêmica motivava apreensão em muitos brasileiros durante os Oitocentos, a situação de Campinas deve ter produzido um medo enorme nos paulistanos, pois tinha desmoronado a percepção, corrente na época, de que a febre amarela era doença litorânea e "não subia a serra". E pior, a moléstia avançou pelo Oeste Paulista fazendo muitas vítimas, principalmente entre os imigrantes recém-chegados. A criação do Serviço Sanitário do Estado São Paulo, em 1891 (regulamentado e equipado nos anos seguintes), foi impulsionada pelos problemas socioeconômicos causados por essa moléstia, que se disseminou em áreas de expansão cafeeira.

---

11 BRESCIANI, Stella. Casa. *In*: TOPOLOV, Christian et al. (org.). **A aventura das palavras, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014. p. 174-184.

12 SANTOS, Carlos José F. dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo: Annablume, 1998. p. 33.

13 A partir desse inquérito, Cano discutiu as habitações da área e sua fiscalização e identificou alguns proprietários que moravam lado a lado com seus inquilinos; veja: CANO, Jefferson. A cidade dos cortiços: os trabalhadores e o poder público em São Paulo no século XIX. *In*: AZEVEDO, Elciene et al. (org.). **Trabalhadores na cidade:** cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 221-249.

São Paulo, a capital do Estado, ficou livre de uma epidemia de febre amarela. A razão, então desconhecida, é a topografia da cidade e o clima frio, que dificultam a procriação do vetor da doença, o inseto *Stegomyia fasciata*, depois denominado *Aedes aegypti*. Mas isso não impediu que casos da doença, importados de outras localidades, fossem identificados em São Paulo, como foi exposto no Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços do Distrito de Santa Ifigênia. Os trabalhos da comissão foram realizados entre julho e agosto de 1893, depois de terem sido registrados, no primeiro semestre do ano, doentes e três mortes por febre amarela em uma área do distrito.[14]

Nesse período, discussões sobre a causa da febre amarela dividiam a comunidade médico-científica em dois grupos, o dos defensores da teoria de Carlos Finley (1881), segundo a qual a transmissão da doença era realizada por um mosquito tipo *Culex*, que se multiplicava em águas estagnadas (curvas de riachos, tinas com água etc.), e o dos que consideravam que a moléstia era causada por um microrganismo, ainda não identificado, propagado de pessoa para pessoa, de forma direta (por perdigotos etc.) e indireta (p. ex. roupas do doente).[15]

Mas, apesar dessa divergência, a casa era um aspecto central das ações de todos os médicos preocupados em evitar a febre amarela e sua difusão. Da Comissão de 1893, que destacou a falta de higiene, aglomeração e insalubridade das habitações da "população operária",[16] até a Comissão Sanitária que atuou em Campinas entre 1896 e 1898, sob a direção de Emílio Ribas. O médico declarou atenção privilegiada com as residências, "sobretudo o seu interior".[17] Ribas foi o pioneiro no Brasil de ações baseadas na teoria de Finley.[18]

Período no qual os problemas sanitários e os limites do saber médico eram expostos de forma aguda, o tempo da epidemia também poderia ser o da divulgação e aceitação popular de determinações médico-higiênicas, porque chanceladas pela ciência que, com seus experimentos e laboratórios, parecia dispor dos meios para, um dia, prevenir e liquidar a febre amarela e outras moléstias.

Em outubro de 1899, quando os jornais paulistanos começaram a publicar notícias sobre a multiplicação de casos de peste bubônica no porto de Santos, a *Folha do Braz* apelou à "verdadeira ciência", às ações dos médicos e à prevenção higiênica da população para tentar evitar a propagação da epidemia.[19] O jornal, que tornava explícito no nome sua ligação com o maior bairro operário de São Paulo, indicava nessas afirmações como proposições médico-científicas eram correntes entre trabalhadores de São Paulo, afinal os editores não usariam

14 RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O engenheiro e o inquérito: as habitações operárias no distrito de Santa Ifigênia, São Paulo, 1893. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 130-169, 2015.

15 ALMEIDA, Marta de. **República dos invisíveis**: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: Edusf, 2003; BENCHIMOL, Jaime L. **Dos micróbios aos mosquitos**: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

16 RIBEIRO, op. cit., p. 146.

17 BRITO, Jolumá. **História da cidade de Campinas**. v. 23. São Paulo: Gráfica Saraiva, 1966. p. 111.

18 MARTINS, Valter. Cidade-laboratório: Campinas e a febre amarela na aurora republicana. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 507-524, abr.-jun. 2015. A tese de Finley foi comprovada em 1900, em Cuba, pela Comissão Médica Militar Americana, sob a liderança de Walter Reed.

19 **Folha do Braz**, São Paulo, ano III, n. 87, p. 1, 29 out. 1899.

palavras ou fariam apelos incompreensíveis para seu público leitor. Leitores que poderiam comentar as notícias em casa, no trabalho ou entre amigos, inclusive com os analfabetos.

Nesse sentido, merece atenção o artigo, publicado por esse jornal no dia 5 de novembro, sobre a demanda por desinfetante para uso doméstico. O autor realizou o seguinte comentário: "de certo tempo a esta parte gasta-se no estado de São Paulo desinfetantes em l[ar]ga escala e o uso deles se tem generalizado depois das epidemias de febre amarela".[20]

Considerando a informação do texto, os paulistas, inclusive da capital do estado, tinham não apenas acatado a determinação médica em momento singular, mas se apropriado de uma prescrição que os educava sobre a importância da casa higienizada, segundo os padrões médicos. Durante a peste bubônica, o uso de desinfetantes ganhou ainda mais impulso, pois vinha ao encontro da recomendação científica sobre a limpeza das moradias como meio de coibir a multiplicação dos ratos e suas temidas pulgas.

Em outubro de 1899, comentando a possibilidade de difusão da peste bubônica em São Paulo, artigo da *Folha do Braz* apontava o perigo da insalubridade. No texto, que clamava ao governo para executar "[as] medidas preventivas que o caso exige, por mais rigorosas que elas sejam", o autor anônimo afirmou que,

> [...] por infelicidade nossa, parece que o Brás ocupa o primeiro lugar pela falta de asseio em algumas ruas habitadas por grande número de indivíduos acumulados uns sobre os outros, em cortiços e sem a mínima higiene.[21]

Em outro artigo essa perspectiva foi reiterada: "Que vale a higiene num bairro cujas ruas empestam-se de gases emanados de eternos lodaçais? Que vale a higiene num bairro, cujas casas, na maioria cortiços, acoitam inúmeras pessoas?".[22]

A higiene, das pessoas e dos lugares, parecia ser a forma mais eficiente de prevenir qualquer doença, e a casa recebeu cada vez mais atenção, também daqueles que pretendiam falar pelos e para os moradores do bairro.

No final de 1899, quando a ameaça da peste bubônica tinha passado, a *Folha do Braz* deixou de circular. O jornal voltou a ser publicado em 23 de dezembro de 1900, anunciando em primeira página que as edições eram reiniciadas depois de "nefasta fase política" e com o objetivo de denunciar todo indivíduo culpado por ato injusto ou criminoso, "por mais poderoso que seja".[23] Um de seus proprietários era Edgard Leuenroth.

Nesse mesmo número do jornal, o artigo "Em prol do Brás" informou aos leitores que o governo estadual pretendia acelerar as obras de esgoto no bairro. Defendida por médicos e engenheiros como de suma importância para evitar a propagação de doenças, a canalização ou o destino correto de dejetos parecia ainda mais urgente depois da peste bubônica; pelo menos era o que insinuava o artigo. As obras, anunciadas como solicitadas

20 **Folha do Braz**, São Paulo, ano III, n. 88, p. 2, 5 nov. 1899.
21 **Folha do Braz**, São Paulo, ano III, n. 86, p. 1, 22 out. 1899.
22 **Folha do Braz**, São Paulo, ano III, n. 87, p. 1, 29 out. 1899.
23 **Folha do Braz**, São Paulo, ano IV, n. 94, p. 1, 23 dez. 1900.

pela população, foram descritas como "[...] um dos mais salubres melhoramentos [e] um dos mais indispensáveis preservativos das epidemias".[24]

Mas, na virada para os Novecentos, os artigos da *Folha do Braz* que reverberavam considerações médico-científicas tornaram-se mais críticos aos governantes. Assim, em janeiro de 1901, o autor do texto "O nosso bairro", com palavras polidas, mas incisivas, afirmava:

> Confrange-nos o coração em desesperanças, ao ver o menosprezo, mais que insuportável, que a Câmara Municipal consagra ao nosso bairro.
>
> É incabível tanta incúria, por aí, além de tanto desleixo da Prefeitura, em relação a tudo o que diz respeito ao Brás.[25]

E os autores dos artigos também não se eximiam de, em nome da saúde, condenar "alguns moradores" do bairro pela insalubridade local, enfatizando a falta de higiene desses indivíduos. Em artigo sobre a rua Bresser estava escrito:

> As águas ali se acham estagnadas, exalando um mau cheiro prejudicial, ainda mais com a cooperação do lixo e mesmo de águas servidas que alguns moradores menos asseados atiram para a rua.[26]

O paulatino acirramento dessas críticas coincidiu com a difusão de ideias anarquistas em São Paulo, onde foi fundado, em 1892, o primeiro jornal libertário do país, escrito em italiano. Foi nesse contexto, no início do século XX, quando já eram editados periódicos libertários em português, que o editor da *Folha do Braz* aderiu ao anarquismo.[27] Edgard Leuenroth tornou-se um dos principais militantes anarquistas do Brasil, participando de associações de trabalhadores, congressos operários, movimentos grevistas e criando jornais que, propagandeando teses do anarquismo e o anticlericalismo, denunciavam mazelas sociais e difundiam iniciativas para bem formar e mobilizar os trabalhadores.[28] O título do texto inaugural do jornal *A Plebe* (1917), poderia traduzir o que impulsionava suas ações: "A que vimos. Rumo à revolução social".[29]

Nos primeiros anos dos Novecentos, além de Edgard Leuenroth, outros colaboradores e editores de jornais que circulavam entre trabalhadores aderiram ao ideário anarquista, o que certamente concorreu para a sua difusão entre os operários. Para a historiadora Edilene Toledo, com as denúncias feitas pelos anarquistas sobre o caráter classista da ordem estatal, "[...] os trabalhadores demonstravam receptividade a ideias e práticas que pudessem contribuir para o melhoramento de sua vida cotidiana e que apontassem para uma futura emancipação".[30]

---

24 **Folha do Braz**, São Paulo, ano IV, n. 94, p. 1, 23 dez. 1900.
25 **Folha do Braz**, São Paulo, ano IV, n. 97, p. 1, 13 jan. 1901.
26 **Folha do Braz**, São Paulo, ano IV, n. 95, p. 2, 30 dez. 1900.
27 TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (org.). **As esquerdas no Brasil:** A formação das tradições (1889-1945). v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-87.
28 Veja: BATALHA, Claudio. Edgard Leuenroth. *In*: ABREU, Alzira A. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. [digital]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
29 **A Plebe**, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1, 9 jun.1917.
30 TOLEDO, op. cit., p. 65. Para os anarquistas, mesmo divididos sobre quais meios deveriam ou não ser utilizados para efetivar a transformação da sociedade, a educação, embasada na ciência, era imprescindível

Em 1908, quando a varíola ameaçou se alastrar em São Paulo, o jornal editado por Edgard Leuenroth era a *Folha do Povo*, um periódico que se intitulou primeiro "independente" e depois "de combate". Em artigo sobre a vacinação da população, a eficácia desse meio profilático em bairros operários foi questionada.

> Quando se vive no meio da imundície, da poeira, dos charcos, quando se tem o corpo extenuado por um longo e brutal trabalho, quando se habitam pocilgas sem ar nem luz, úmidas, amontoados como porcos em chiqueiro, quando se sofre miséria, de muito há de valer a vacinação! Quem está precisando de uma poderosa e radical vacinação é este miserável estado social![31]

O texto, estrategicamente construído para mobilizar os leitores, apontou indiretamente os patrões e governantes como os responsáveis pela terrível condição dos trabalhadores. A intenção de seu autor deve ter sido alcançada, mas o uso de palavras como "pocilgas" também pode ter gerado desconforto em leitores do jornal que moravam nesses bairros.

Embasado em ditames científicos sobre o que era salubre e higiênico, o artigo da *Folha do Povo*, que em princípio não questionou a eficácia da vacina, foi redigido em meio à polêmica que envolveu o governo de São Paulo e o major médico Joaquim Bagueira Leal, positivista ortodoxo, militante contra a vacina e a obrigatoriedade da vacinação.

Como escreveu Raimundo Teixeira Mendes, um dos fundadores da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, a vacina era uma das "aberrações da metafísica materialista médica, como a doutrina microbiana" e a epidemia apenas o resultado da "desarmonia da sociedade, [uma] fatalidade".[32] Nessa perspectiva, a saúde era entendida como resultado de um contexto social equilibrado, algo que começava com a garantia da liberdade pessoal, inclusive para escolha de tratamentos para as doenças. A saúde era uma questão familiar.[33] Segundo Teixeira Mendes, "o Governo só pode[ria] contribuir para a saúde pública melhorando as condições materiais da cidade e da vida [...]".[34]

Mas, a possível simpatia por essas ideias e por Bagueira Leal não significou o alinhamento automático contra a vacinação. O final do artigo "Vacinar, é a ordem", de 30 de agosto de 1908, é revelador: "O dr. Bagueira Leal combate a vacina? Defendam-na. Anteponham argumentos às suas razões".[35] Assim, o autor desse artigo exigia considerações, baseadas na ciência, que validassem a ampla vacinação.

---

para formar revolucionários que construiriam uma nova ordem social.

31 **Folha do Povo**, São Paulo, ano I, n. 22, p. 1, 16 ago. 1908.

32 MENDES, R. Teixeira. **Ainda a questão da varíola e da vacina**. Rio de Janeiro. IAPB, n. 264. Tipografia Jornal do Commercio, 1908, p. 3 e 5.

33 MENDES, R. Teixeira. **Ainda a Vacinação Obrigatória e a Política Republicana**. IAPB, n. 259. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Commercio, 1908.

34 MENDES, R. Teixeira. **Ainda em Defesa da Política Republicana Atraiçoada pela Higiene Oficial**. IAPB, n. 266. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, 1908, p. 15.

35 **Folha do Povo**, São Paulo, ano I, n. 24, p. 1, 30 ago. 1908. Veja: SEIXAS, Jacy A. de. Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 12/13, p. 133-148, jan.-dez. 1995.

Nos meses seguintes o debate continuou, entretanto as estatísticas reproduzidas na *Folha do Povo* em 1909, com números crescentes de vacinados, eram indicativas da aceitação dos "argumentos" pró-vacina, inclusive pelo jornal.[36]

A ameaça epidêmica passou e o debate acabou, mas os artigos denunciando os "casebres seculares" ou "imundos" e os "cortiços sem higiene", nos quais viviam os trabalhadores, continuaram a ser publicados, pois apesar da propalada eficácia dessa e outras vacinas, o contexto social importava, e muito, quando o tema era a saúde e as doenças.

Gripe espanhola, da casa como espaço para cuidar dos doentes à hospitalização dos gripados

Para o advogado e memorialista Jorge Americano, nos anos 1910 São Paulo "começa a tomar consciência de que será uma grande cidade".[37] Para alguns de seus moradores, a percepção positiva dessa realidade era evidenciada pelas novas ruas, belas casas, avenidas e viadutos, pela água encanada e a rede de esgoto. Mas, para muitos trabalhadores, a perspectiva deveria ser outra. Era muito difícil apreciar o embelezamento de São Paulo trabalhando em fábricas insalubres e vivendo em casas minúsculas nos cortiços, sem ventilação ou água corrente, localizadas em ruas empoeiradas, "arborizadas a capim".[38]

Em 27 de julho de 1912, o jornal libertário *A Lanterna* publicou o artigo, "Capital e Trabalho", assinado por "R", sobre o cotidiano dos operários paulistanos, que trabalhavam por longos períodos, ganhavam salários irrisórios e não conseguiam vestir ou alimentar suas famílias e a si próprios "como preceitua a higiene". Pessoas impossibilitadas de morar em "[...] casas confortáveis em bairros com tudo o necessário para a prática da higiene e do asseio que tanto é preconizado". Para o autor do artigo, jornadas extenuantes e problemas de sobrevivência faziam com que muitos operários desdenhassem do asseio pessoal, o que seria "a triste razão porque as epidemias devastam de preferência os bairros proletários".[39]

Na crítica social realizada por anarquistas ou libertários, a ciência era argumento poderoso e, nesse artigo, a falta da educação sobre a importância da higiene doméstica e pessoal era apresentada como consequência da exploração sofrida pelo trabalhador. Palavras que pretendiam arregimentar seguidores para a causa revolucionária, mas também alertar sobre a importância de práticas médico-higiênicas, pois doentes e ignorantes não transformariam a sociedade.

Mas, denúncias sobre as precárias condições da moradia do trabalhador não se limitavam à imprensa operária e, mesmo parecidas com as de "R", poderiam ter conclusões

36 **Folha do Povo**, São Paulo, ano II, n. 59, p. 2, col. 5, 20/21 maio 1909; n. 70, p. 2, 2/3 jun.1909; n. 82, p. 2, 17/18 jun. 1909; entre muitos outros.
37 AMERICANO, Jorge. **São Paulo neste tempo - 1915/1935**. São Paulo: Melhoramentos, 1960. p. 48.
38 **Folha do Povo**, São Paulo, ano I, n. 21, p. 1, 9 ago. 1908.
39 **A Lanterna**, São Paulo, ano XI, n. 149, p. 3, 27 jul. 1912.

opostas. Foi assim que, em 1917, Albertino Moreira publicou artigo no *Jornal do Commercio* alertando que a impossibilidade de usufruir dos benefícios da salubridade e, principalmente, de casas individualizadas e higiênicas converteria os operários paulistanos em pessoas sem estímulo para o trabalho e em contestadores da sociedade.[40]

O artigo de Moreira, "Em torno de um projeto", que discutia a situação da habitação e da vida nos bairros mais pobres de São Paulo, fazia considerações sobre o edital, de 1916, Concorrencia de Projectos para Casas Proletarias Economicas, da Prefeitura de São Paulo. O regulamento do edital, que previa a construção de casas que abrigassem "uma só família", exigiu que os projetos inscritos observassem os itens higiene, comodidade, estética e economia e, prevendo famílias de diferentes tamanhos, determinou que as propostas incluíssem área externa em cada moradia para jardim ou construção de mais quartos — a separação de filhos de sexos diferentes era imprescindível.[41]

Os cortiços, locais de convivência familiar estreita e perigosa e viveiro de "contestadores da sociedade", precisavam desaparecer. Ao estudar situação semelhante na França, Michelle Perrot escreveu que desde o século XIX "as prescrições higiênicas e morais concorreram para uma segregação erigida em barreira contra todo o tipo de contágio".[42]

Dos 49 projetos apresentados, dois foram desclassificados, porque apresentavam propostas de casas em blocos, cada um com quatro casas contíguas entre si. Os outros, divididos em três grupos, propunham casas isoladas, geminadas ou em séries (com casas dispostas uma ao lado da outra). Todos foram aprovados e alguns premiados.[43]

Com os resultados e projetos tornados públicos em 1917, era esperado que pelo menos um empresário se dispusesse a executar um dos projetos. Mas a expectativa se esvaiu, suplantada pela carestia, que cada vez mais diminuiu o poder de compra dos salários, e, também, pelas incertezas de um tempo de guerra. O fim da neutralidade e depois a efetiva participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial tiveram como consequência imediata o agravamento da alta dos preços dos alimentos (vendidos aos aliados da Tríplice Entente), acompanhada da ameaça de escassez. Nessa circunstância, quem se arriscaria a construir casas para alugar ou, quem sabe, vender para trabalhadores? A greve geral de 1917 aconteceu nesse contexto.

Nos meses seguintes, carestia e conflito mundial foram temas concomitantes nos jornais e dois decretos federais mobilizaram a atenção popular. Um deles, em junho de 1918, instituiu o Comissariado da Alimentação Pública para, entre outras atribuições, tomar medidas "[...] atinentes ao equilíbrio entre as necessidades da exportação e as do consumo interno do país". Dias depois, em julho, o presidente da República criou uma "missão médica especial

40 **Jornal do Commercio**, São Paulo, n. 96, p. 4, 5 fev. 1917.
41 SÃO PAULO. Diretoria Geral da Prefeitura do Município. **Concorrencia de Projectos para Casas Proletarias Economicas**. Edital, 1916.
42 PERROT, Michelle. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 74.
43 SÃO PAULO. Diretoria Geral da Prefeitura do Município. **Projetos premiados** (Relatório do júri e plantas), 29 p.

[...], em caráter militar". A Missão Médica Brasileira tinha a incumbência de rumar para a França e organizar um hospital temporário para socorrer soldados e civis.[44]

Confirmando suspeitas aventadas pela revista "independente" *A Rolha*, sobre pressões de exportadores e entraves dos "[...] regulamentos, papelórios e burocracias",[45] o Comissariado foi extinto em poucos meses. Mas a Missão Médica Brasileira ganhou cada vez mais espaço e aplausos na imprensa paulistana. O grupo médico militar partiu do país no final de agosto de 1918.

Exatamente nessa época a epidemia de gripe, chamada espanhola, começou a grassar com grande virulência na Europa. No Brasil o efetivo interesse pela moléstia aconteceu a partir da segunda quinzena de setembro, quando autoridades governamentais receberam informações sobre o adoecimento e as várias mortes de membros da missão enviada à França e de soldados do exército nacional, cujos navios haviam realizado escala no porto de Dacar, no Senegal. No dia 26 de setembro, um telegrama enviado da África confirmou o que muitos já suspeitavam: a doença era a gripe espanhola.[46]

Enquanto a atenção nacional estava voltada para a África, e médicos realizavam discussões sobre a doença, o navio *Demerara*, vindo da Europa, aportou em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Na capital federal, devido informações sobre possíveis casos de gripe espanhola a bordo, o navio foi desinfectado e passageiros foram examinados, as pessoas sem sintoma de qualquer doença puderam desembarcar. Mas, em poucos dias, notícias sobre gripados nas três cidades nas quais o navio tinha atracado começaram a ser publicadas na imprensa e o dr. Carlos Seidl, diretor-geral de Saúde Pública (órgão do governo federal), emitiu declaração na qual começava informando que a gripe ou influenza era uma doença microbiana, endêmica e mundial, que grassava anualmente no planeta. Depois afirmava que no Brasil era a gripe comum que estava se propagando, diferente da gripe espanhola, de além-mar, que era extremamente grave. Mas em poucos dias a tese de Seidl foi descartada, pois o crescimento do número de gripados e a virulência da doença não permitiam dúvidas: a gripe espanhola estava se alastrando pelo país.[47]

O primeiro caso confirmado da doença em São Paulo foi registrado dia 15 de outubro, um rapaz que estava internado no Hospital de Isolamento. No dia seguinte, quando a notícia foi publicada nos jornais da cidade, as considerações e recomendações do Serviço Sanitário do Estado sobre a gripe espanhola também ganharam espaço nos periódicos.

O jornal *O Estado de S. Paulo* reproduziu integralmente o comunicado do órgão governamental que alertava: a gripe não tem tratamento específico; a profilaxia da

44 BRASIL. Decreto nº 13.069, de 12 de junho de 1918. Cria o Comissariado da Alimentação Pública; BRASIL. Decreto nº 13.092, de 10 de julho de 1918. Cria uma missão médica especial à França, em caráter militar. Disponíveis em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919. Acesso em: 23 maio 2020.

45 **A Rolha**, São Paulo, ano I, n. 15, p. 3, jun. 1918.

46 BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

47 BERTUCCI, Liane Maria. Spanish Flu in Brazil: searching for causes during the epidemic horror. *In*: PORRAS-GALLO, M.-I.; DAVIS, R. A. (ed.). **The Spanish Flu Influenza Pandemic of 1918-1919.** Rochester: University of Rochester Press, 2014. p. 39-55.

gripe, epidêmica ou não, depende de ações individiuais. Nesse sentido, mesmo que algumas substâncias (como ácido cítrico para gargarejo ou ingestão de quinino) fossem "aconselháveis" para prevenir ou tratar os sintomas (coriza, tosse e febre), os cuidados higiênicos pessoais e a redução de contato social é que poderiam evitar o contágio. Para os gripados, a recomendação principal era o repouso, "que auxilia a cura", e o isolamento, para evitar a contaminação de outras pessoas.[48]

O jornal *O Combate*, depois de anunciar "A espanhola em São Paulo", cobrou do governo o imediato fechamento das escolas primárias da capital paulista – o comunicado previa que escolas noturnas suspendessem suas aulas (a diferença de temperatura, dentro e fora, poderia facilitar a instalação da doença). Para o jornal, era preciso impedir que crianças indo e vindo difundissem a "espanhola" pelos bairros da cidade.[49] Elas deveriam ficar em casa.

Dessa forma, a moradia ganhou destaque, tanto como local para tratar o gripado quanto como espaço que poderia concorrer para conter a difusão da doença. A higiene pessoal (banho diário, evitar tossir e espirar sem proteger a boca e o nariz) era tão importante quanto a limpeza da casa e a individualização das camas, dispostas com algum espaço entre elas. No caso de doente na família, era imprescindível o isolamento em quarto individual, e os cuidados higiênicos deveriam ser redobrados por toda a família.

A partir da divulgação das recomendações que determinavam que os doentes permanecessem em casa, o Serviço Sanitário, sob a direção de Arthur Neiva, começou a organizar "postos de socorro", com médicos (para consultas nesses locais e também atendimento domiciliar) e outros profissionais de saúde, fornecimento de remédios e, em alguns deles, doação de alimentos. Paralelamente, a partir de 18 de outubro, as aulas das escolas primárias (e, em seguida das faculdades) foram suspensas, sociedades literárias, esportivas e recreativas cancelaram reuniões ou jogos, e lugares públicos (como museus e parques) foram fechados. Igrejas e templos diminuíram drasticamente as atividades. Foi intensa a mobilização de médicos e acadêmicos de medicina, de entidades civis e religiosas e de muitos particulares.[50]

No dia 21 de outubro, quando a cidade começava a parar devido à multiplicação dos casos da doença, foi confirmada a primeira morte por gripe espanhola em São Paulo. E, enquanto os jornais diários de maior circulação foram reduzindo o número de páginas, os jornais operários deixaram de circular — vários jornalistas e gráficos adoeceram.

Mas a casa dos trabalhadores continuou a ser notícia durante a gripe espanhola. Como alertou o jornal *O Estado de S. Paulo*, era preciso atenção especial com os moradores do Brás, Mooca, Bom Retiro e Bexiga, porque muitos viviam em casebres e cortiços.[51]

48 **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIV, n. 14.536, p. 5, 16 out. 1918.
49 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.028, p. 1, 16 out. 1918.
50 BERTUCCI, op. cit., 2004.
51 **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIV, n. 14.550, p. 5, 30 out. 1918.

No dia 25 de outubro, artigo do jornal *A Gazeta* fez alerta sobre a falta de postos de socorro "[nos] bairros pobres, naturalmente mais ameaçados e mais atingidos pelo terrível morbo".[52] Nos dias seguintes, e em vários números, o jornal *O Combate* denunciou o descaso de médicos de postos criados nos "bairros pobres", que não atendiam chamadas domiciliares ou demoravam horas para ir até a casa do gripado; e, às vezes, era tarde demais.[53]

Nenhum comentário específico sobre as considerações dos dois jornais foi realizado. Mas, no dia 29 de outubro, foi anunciado pelo Serviço Sanitário que os postos de socorro estavam devidamente equipados e começavam a atender moradores da Mooca, Brás, Pari e Quarta Parada.[54] Entretanto, nesse mesmo dia, o dr. Arthur Neiva enviou relatório ao secretário do Interior, seu chefe imediato, afirmando: "os médicos do Brás, contratados ontem, desistiram de continuar a tarefa, de tal forma se avoluma o serviço".[55] Traduzindo a dimensão da doença entre os operários da cidade, o relato de Neiva também sinalizava a crescente impotência frente ao aumento do número de gripados.

Nesse contexto algumas fábricas organizaram atendimento aos operários ou disponibilizaram espaço para instalação de um posto de socorro, entre elas: Companhia Antarctica, Companhia Nacional de Juta, Cristaleria Itália, Companhia Paulista de Aniagens (Fábrica Penteado), Cotonifício Rodolfo Crespi, Companhia Vidraria Santa Marina.[56] Mas isso não impediu que, no início de novembro, um artigo do *Jornal do Commercio* criticasse donos de fábricas, industriais e comerciantes porque não organizavam comissões de empregados para visitar funcionários ausentes e, caso fosse necessário, socorrer os gripados.[57]

Em 28 de outubro Arthur Neiva fez uma declaração, publicada no *O Estado de S. Paulo*, apelando para mais ajuda dos paulistanos, pois o governo não conseguiria atender as crescentes demandas para o combate à epidemia.[58] Dois dias depois, artigo do *O Combate* afirmava que Neiva era responsável pela "falência do Serviço Sanitário", que não tinha cumprido sua função de impedir a difusão da doença.[59]

Depois de duas semanas de epidemia, ruas e praças da cidade de São Paulo, que contava com cerca de 528 mil moradores, estavam praticamente desertas e o número dos doentes e mortos era apavorante. Se no dia 15 de outubro São Paulo registrou, oficialmente, o primeiro caso de gripe espanhola, no dia seguinte já foram mais 29 gripados, e a quantidade diária de novos doentes só aumentou, atingindo seu recorde no dia 4 de novembro, quando foram 7.786 novos "espanholados" — quanto aos mortos pela doença, nesse dia, eles foram 176 e as vítimas fatais diárias continuaram crescendo nos dias seguintes.[60]

52 **A Gazeta**, São Paulo, ano XIII, n. 3.835, p. 1, 25 out. 1918.
53 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.043, p. 1, 4 nov.1918, entre outros.
54 **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano XLIV, n. 14.549, p. 2, 29 out. 1918.
55 NEIVA, Arthur. **Relatorio da Directoria Geral do Serviço Sanitario**. 29 de outubro de 1918. Fundo Arthur Neiva. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas.
56 BERTUCCI, op. cit., 2004, p. 123.
57 **Jornal do Commercio**, São Paulo, ano III, n. 355, p. 3, 2 nov. 1918.
58 **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano XLIV, n. 14.548, p. 3, 28 out. 1918.
59 **O Combate**, São Paulo, São Paulo, ano IV, n. 1.038, p. 1, 30 out. 1918.
60 MEYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim Rabello. **A grippe epidemica no Brazil e especialmente em São**

No dia 4 de novembro *O Combate* estampou na primeira página "A 'espanhola' mata mais nos bairros pobres". Uma das principais causas dessa situação, para o articulista, era a habitação operária, na qual faltava higiene e existia o acúmulo de pessoas em poucos aposentos.[61] Foi com base em avaliações como essa que o jornal, mesmo sendo crítico renitente do Serviço Sanitário, apoiou a proposta de hospitalização dos gripados em hospitais provisórios.

A proposta para a hospitalização tinha sido apresentada no dia 30 de outubro no Comunicado do Serviço Sanitário. O argumento foi que a centralização do atendimento tornaria mais eficiente os cuidados do grande número de doentes — inclusive porque médicos e farmacêuticos estavam adoecendo.[62] O dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, foi designado coordenador dos hospitais provisórios. Transformando a internação hospitalar na melhor opção para os gripados, o comunicado alterou, diametralmente, a principal recomendação até então vigente, que era o tratamento domiciliar, e reforçou o controle médico-governamental do combate à doença.

No dia 1º de novembro, quando foi instalado o primeiro hospital provisório (em pouco mais de uma semana, 40 foram organizados), *O Estado de S. Paulo* publicou o informativo "Ao povo", que começava com a declaração:

> É da maior conveniência para os enfermos a sua ida para um dos hospitais montados pelo governo ou por particulares. Nesses hospitais, arejados, limpos, claros, há todo o conforto — boas camas, boa roupa, remédios, médicos e enfermeiros para acudir ao doente a tempo e hora. Todos os pobres que tenham um doente em sua casa, se tiverem amor ao mesmo e a sua família, devem tratar sem a menor demora de remover esse doente para o hospital mais próximo.[63]

Na mesma data, o jornal *O Combate* afirmou sobre a gripe espanhola:

> [...] a quase totalidade dos casos fatais se deu nos bairros habitados pela população proletária, especialmente, o Brás, o Bom Retiro, o Bexiga e a baixada que margeia as várzeas do Carmo e do Glicério [...]. O remédio, repetimos, está na hospitalização dos enfermos de formas mais graves e dos que se achem sem recursos pela generalização da moléstia. Essa medida precisa ser tomada compulsoriamente em certos casos e aconselhada geralmente à população [...]. Cumpre fazer-se, pois, a mais intensa propaganda dos hospitais.[64]

Paulo. São Paulo: Casa Duprat, 1920. p. 48; 50-51.

61 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.043, p. 1, 4 nov. 1918. Os estudos sobre a gripe espanhola no Brasil mostram como situações semelhantes aconteceram de norte a sul do país; veja, entre outros: ABRÃO, Janete S. **Banalização da morte na cidade calada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998; ABREU JUNIOR, José M. de C. **O vírus e a cidade**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2019; BRITO, Nara Azevedo de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-30, 1997; SILVEIRA, Anny Jackeline T. **A influenza espanhola e a cidade planejada**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008; SOUZA, Christiane Maria C. de. **A gripe espanhola na Bahia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

62 Comunicações diárias à imprensa. Cf.: MEYER; TEIXEIRA, op. cit., p. 103-105.

63 **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIV, n. 14.552, p. 1, 1º nov. 1918.

64 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.042, p. 3, 1º nov. 1918.

Três dias depois, *O Combate* reproduziu uma fotografia do interior de um hospital provisório, exibindo camas devidamente arrumadas e dispostas lado a lado, com o devido espaçamento. O texto, sem meias-palavras, declarou:

> Convença-se o povo de que nos hospitais os enfermos serão mais bem tratados do que em casa, porque lá não lhe faltarão médicos, enfermeiros, remédios e alimentos, sem falar no asseio e na abundância de ar e de luz que não pode haver nos lares pobres.[65]

Mas, no final da primeira semana de novembro, mesmo com os hospitais provisórios funcionando (e os postos de socorro também), o número diário de mortos continuou crescendo. Entretanto, para Arthur Neiva, apesar das muitas vítimas fatais, a epidemia estava começando a declinar, pois os casos novos estavam diminuindo desde o dia 5 de novembro.

A declaração foi publicada no jornal *A Platéa*, dia 8 de novembro, e deve ter passado despercebida para muitos de seus leitores, pois, além de inserida na coluna Notícias, da página 6, foi publicada no mesmo dia em que os jornais de São Paulo anunciaram a reorganização das atividades de combate à epidemia que eram realizadas por entidades particulares (filantrópicas, religiosas, esportivas etc), sob as ordens da diretoria do Serviço Sanitário.[66]

Decidida em reunião presidida pelo secretário do Interior, a reordenação criou três coordenadorias, para unificar ações similares, que contariam com a colaboração da Cruz Vermelha Brasileira, filial São Paulo. Arnaldo Vieira de Carvalho continuou responsável pelos hospitais provisórios; o advogado Frederico Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista, passou a coordenar as ações dos postos de socorro (exceto os da Cruz Vermelha) e Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo metropolitano de São Paulo, ficou incumbido da coordenadoria da "assistência domiciliar": socorro à população em alimentos e dinheiro, assistência aos órfãos da epidemia e programação de visitas residenciais. A Cruz Vermelha ficou responsável pelas enfermeiras que atuavam nos hospitais provisórios e também cuidaria dos serviços de enfermagem a domicílio.[67]

Com a reorganização, mesmo o Serviço Sanitário supervisionando os trabalhos, Arthur Neiva perdeu o protagonismo do combate à gripe espanhola. Mas Neiva tinha razão quanto ao declínio da epidemia. Menos de uma semana depois da criação das coordenadorias, os jornais começaram a anunciar que cada vez menos pessoas contraíam a gripe espanhola e que a movimentação na cidade começava a aumentar. No dia 14 de novembro, *O Combate*

65 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.043, p. 1, 4 nov. 1918. Na década de 1910, o hospital ainda era considerado, por muitas pessoas, como lugar de morte para doentes desenganados ou para acolhimento de doentes desamparados ou miseráveis.
66 **A Platéa**, São Paulo, ano XXXI, n. 131, p. 6, 8 nov. 1918; BERTUCCI, op. cit., 2004.
67 BERTUCCI, op. cit., 2004.

publicou artigo afirmando que a gripe espanhola estava "francamente em declínio".[68] Ainda demoraria um mês para que o fim da epidemia fosse oficialmente anunciado, mas, quando isso aconteceu, os paulistanos já tinham retomado suas rotinas há dias.

Segundo relato publicado em 1920 pelos doutores Carlos Luiz Meyer, diretor da Demografia Sanitária, e Joaquim Rabello Teixeira, diretor da Secretaria do Serviço Sanitário, foram oficialmente 116.777 doentes e 5.331 mortos de gripe espanhola na capital paulista.[69] Sobre a distribuição das vítimas fatais da epidemia, Meyer e Teixeira informavam que os bairros de São Paulo com maior número de mortos pela "espanhola" foram: Mooca, 1.041 mortos (pessoas da região e também de outros bairros que faleceram no hospital provisório instalado na Hospedaria dos Imigrantes); Brás, 694 mortos; e Belenzinho, 572 mortos. Conforme os dois médicos, nesses três bairros "[a] população é mais condensada do que a dos outros, motivo pelo qual o número de óbitos registrados foi também mais elevado".[70] Mesmo considerando a pertinência dessa consideração, a localização de bairros de trabalhadores ou "dos pobres" em áreas insalubres (das várzeas do Carmo e do Glicério; do Tamanduateí e do Tietê) e a falta de saneamento nessas áreas, repetidamente denunciada pelos jornais operários, facilitavam a difusão de diversas moléstias, da febre tifoide à tuberculose, que debilitavam o organismo, o que certamente concorreu para o aumento do número de doentes e mortos pela gripe espanhola nesses locais.[71]

Nos jornais de São Paulo, antes mesmo da divulgação dos números finais sobre a epidemia de 1918, as denúncias e pedidos de atenção com os bairros operários e os apelos para que os pobres fossem internados nos hospitais provisórios indicavam quem eram as pessoas que mais estavam adoecendo e morrendo de gripe espanhola. E, repetindo considerações feitas desde a ameaça da peste bubônica, no final do século XIX, a casa do trabalhador foi argumento central dessas denúncias, pedidos e apelos.

Considerações finais

Nos anos 1920 os tempos pareciam auspiciosos para vários moradores de São Paulo, com o fim da guerra e da 'peste' de 1918. Mas, para muitos trabalhadores a ameaça da fome rondava e a vida familiar em habitações insalubres era uma realidade. Em 1924 o jornal anarquista

68 **O Combate**, São Paulo, ano IV, n. 1.053, p. 1, 14 nov. 1918.

69 Meyer e Teixeira afirmavam que o número de gripados deveria ser muito maior, cerca de dois terços da população da cidade, pois a maioria dos gripados curados não foi registrada. Segundo os médicos, o total de mortos apresentado correspondia ao número de registros de vítimas fatais da gripe espanhola, entretanto, considerando a média de casos de doenças respiratórias de meses anteriores, o total de mortes pela "espanhola" poderia ser 6.891 pessoas. Na década de 1980, Cláudio Bertolli Filho realizou pesquisa nos *Livros de cemitérios* de São Paulo e localizou 5.100 registros de mortes por gripe espanhola; realizando estudo sobre o "excesso de mortalidade" em 1918 (doenças respiratórias na década anterior), concluiu que 5.429 pessoas teriam morrido em consequência da "espanhola". MEYER; TEIXEIRA, op. cit., p. 57-59; BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**. São Paulo, Paz e Terra, 2003. p. 80-89.

70 Ibidem, p. 63-64.

71 BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 37-60. Sobre a febre tifoide e a tuberculose em São Paulo no período, ver: BERTUCCI, op. cit., 2004, p. 55-68.

A Plebe afirmou: "[...] aluguel desmedido, esmagador e abusivo, por verdadeiros casebres, por pardieiros insalubres, escuros, anti-higiênicos".[72]

Entretanto, se a casa do trabalhador continuou a ser tema frequente nos jornais operários, a condição insalubre da casa operária também permaneceu como um dos principais alvos de investigações e propostas médicas e governamentais.

Em junho de 1926, o dr. Francisco Figueira de Mello apresentou aos colegas da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo a comunicação "Habitações collectivas em S. Paulo". Fazendo comentários sobre inquérito realizado pelo Serviço Sanitário do Estado, as palavras iniciais do médico pareciam ecoar tempos anteriores: o prefeito municipal "deseja dotar as classes laboriosas com habitações higiênicas [...] pelo aperfeiçoamento físico que traz a saúde e pelo aformoseamento moral que dá um ambiente de paz, de ordem, de conforto, oferecido pela habitação higiênica".[73]

E este inquérito, tal qual o de 1893, foi realizado no distrito de Santa Ifigênia. O local parecia gozar de singular atenção das autoridades de saúde, talvez por sua localização próxima do centro da cidade.[74]

Na apresentação realizada pelo médico, com tabelas e projeções de gráficos e fotografias (diapositivos), os números procuravam traduzir o que as palavras descreviam e as imagens ilustravam. Nos 706 quartos/casas, dos 116 cortiços, moravam 2.358 pessoas. A área era insalubre e seus habitantes, em geral "gente de inferior cultura", pareciam desconhecer práticas higiênicas. Essas habitações, pelas quais eram pagos aluguéis "elevadíssimos", seriam propícias para o vício (o alcoolismo era citado), prostituição e desordens em geral, além da temida tuberculose.[75]

Em suas conclusões afirmou Figueira de Mello, "[...] a maioria dos quartos das habitações coletivas em Santa Ifigênia oferece más condições higiênicas".[76] O relato apresentado e, de forma evidente, sua conclusão sobre os quartos dos cortiços, parecem revelar não apenas a permanência da situação precária da moradia do trabalhador, já detectada no inquérito de 1893, mas como esses homens e mulheres teriam ficado indiferentes às repetidas divulgações dos benefícios de práticas salutares, tais como limpar a casa ou tomar banho regularmente. Educação informal realizada há anos, tanto por órgãos médico-governamentais quanto em jornais operários, especialmente em períodos epidêmicos — o caso do uso de desinfetante durante a ameaça de peste bubônica é exemplar.

72 **A Plebe**, São Paulo, ano VI, n. 238, p. 1, 31 mai. 1924.
73 MELLO, Francisco Figueira de. Habitações collectivas em S. Paulo. **Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo**, São Paulo, v. IX, 3ª série, n. 4, p. 291, jun. 1926.
74 Segundo Martins, nos anos 1930 o distrito de Santa Ifigênia foi uma das áreas que testemunhou o primeiro modelo de verticalização da cidade. MARTINS, Paulo César G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 131-214.
75 MELLO, op. cit., p. 291-295.
76 Ibidem, p. 295.

Entretanto, observando as tabelas apresentadas por Figueira de Mello, a classificação "Asseio de cada quarto" surpreende: 37,25% ótimo; 8,21% bom; 34,27% regular; 11,18% mau; 9,06% péssimo.[77] Ou seja, 79,73%, ou 563 quartos/casas, estavam entre ótimo e regular. Mesmo sem a informação dos critérios utilizados para organizar tal classificação, as porcentagens parecem contradizer a tese da "maioria dos quartos" anti-higiênicos.

Hábil com as palavras, o médico, que tinha classificado como "péssimas" as condições gerais dos cortiços, talvez pretendesse reforçar a gravidade do problema das habitações coletivas e mobilizar os colegas para discutir possíveis soluções. Dois anos antes, a forma como o jornal *A Plebe* denunciou a situação das casas operárias que, além de insalubres, eram "anti-higiênicas", seria também uma estratégia para mobilizar os trabalhadores? Talvez.

Com certeza as denúncias do jornal anarquista tinham respaldo em casos reais, tanto quanto as palavras de Figueira de Mello; mas, apesar da situação precária dos cortiços paulistanos, práticas de "asseio" apregoadas por médicos e alardeadas por jornais operários pareciam fazer parte do cotidiano dos trabalhadores, como indicou, indiretamente, o próprio relato apresentado em 1926.

Recebido em: 05/07/2020
Aceito em: 18/08/2020

77 MELLO. op. cit., p. 294.